
PARTIDO POLÍTICO, ELEIÇÕES E DITADURA MILITAR: A ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL (ARENA) NA PARAÍBA (1966-1968)

Dmitri da Silva Bichara Sobreira

Doutorando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

E-mail: dmitri_bichara@hotmail.com

PARTIDO POLÍTICO, ELEIÇÕES E DITADURA MILITAR: A ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL (ARENA) NA PARAÍBA (1966-1968)

POLITICAL PARTY, ELECTIONS AND MILITARY DICTATORSHIP: THE ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL (ARENA) IN PARAÍBA (1966-1968)

Dmitri da Silva Bichara Sobreira

RESUMO

O presente artigo tem como proposta discutir o funcionamento do sistema eleitoral brasileiro durante os primeiros anos de ditadura militar (1966 e 1968). O objeto de pesquisa escolhida para a análise é Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido político criado durante o regime autoritário para lhe dar sustentação, especificamente sua seção regional no estado da Paraíba. A ideia é analisar, através da ARENA, a continuidade de uma série de práticas, tradições e representações políticas – características que formam a chamada “cultura política brasileira” – predominantes na vida política brasileira desde antes da formação de seu Estado nacional, durante a ditadura militar.

PALAVRAS-CHAVE: Eleições, ditadura militar, ARENA, Paraíba, cultura política.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the functioning of the Brazilian electoral system during the first years of military dictatorship (1966 and 1968). The research object chosen for this analysis is the National Renewal Alliance (ARENA), a political party created during the authoritarian regime to support it, specifically its regional section in the state of Paraíba. The idea is to see, through ARENA, the continuity of a series of practices, traditions and political representations - characteristics that form the so-called "Brazilian political culture" - predominant in Brazilian political life since before the formation of its national state during the military dictatorship.

KEYWORDS: Elections, military dictatorship, ARENA, Paraíba, political culture.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como proposta discutir o funcionamento do sistema eleitoral durante a ditadura militar instaurada no Brasil após o golpe de Estado dado em 1964¹. O objeto de pesquisa escolhido para cumprir tal objetivo é a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), mais especificamente o Diretório Regional da Paraíba. Esse foi um partido político criado pelo regime autoritário no ano de 1966, após a promulgação do Ato Institucional nº 2 (AI-2), decreto que extinguiu as antigas legendas partidárias criadas a partir de 1945 e formulou um sistema bipartidário composto pela ARENA, encarregada de dar sustentação ao governo autoritário no Congresso Nacional, e pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido que desempenharia a função de oposição consentida e controlada pela ditadura².

No período aqui analisado, os anos de 1966 e 1968, ocorreram eleições para os cargos de senador, deputado federal e estadual, prefeito e vereador nos 171 municípios em que houveram eleições diretas³. Aqui será destacado os pleitos para o Senado em 1966 e para prefeito de Campina Grande em 1968, pois esses eventos ganharam maior relevância na política local devida institucionalização de eleições indiretas para o cargo de governador e prefeito das capitais. Além desses aspectos é importante destacar a estrutura organizacional da ARENA nos primeiros anos da ditadura militar.

O modelo de sistema político instaurado pela ditadura militar brasileira não seguiu a cartilha das demais experiências autoritárias: o chefe do governo não ficou no poder ininterruptamente; os partidos não foram proibidos de funcionar; o Congresso continuou aberto na maior parte do tempo; e as eleições continuaram ocorrendo, mesmo que de forma parcial. No entanto, o regime utilizou-se de uma série de medidas arbitrárias para criar um sistema político singular, que incorporava ao autoritarismo aspectos e instituições de regimes liberais: os presidentes, governadores e prefeitos de capitais e cidades consideradas zonas de segurança nacional passaram a ser eleitos de forma indireta, enquanto os demais cargos

¹ Texto oriundo de dissertação sobre a ARENA na Paraíba. Para mais informações ver Dmitri da Silva Bichara Sobreira (2016).

² Maria D'Alva Gil Kinzo (1988), em sua análise sobre o MDB, aponta que, no decorrer da ditadura, alguns setores do partido passaram a fazer oposição de forma mais incisiva ao regime.

³ Não integra essa lista a capital do Estado, João Pessoa, na qual o prefeito era escolhido indiretamente.

continuaram elegíveis pelo voto popular⁴; extinguiu-se o sistema pluripartidário criado em 1945 e instalou-se um sistema bipartidário que, inclusive, comportava um partido de oposição; além dos diversos “casuísmos”⁵ políticos impostos ao longo da ditadura. A elaboração desse sistema político foi uma forma de o governo militar dar margem para atuação dos setores civis de quem fora sócio do golpe de Estado de 1964.

Ao problematizar a ARENA nas eleições, este texto pretende compreender como parte da sociedade civil, em especial a classe política, participou da ditadura militar. Esta é uma forma de desconstruir uma memória consolidada sobre o período: a de que a sociedade civil nada teve a ver com o regime autoritário. Para Daniel Aarão Reis (2014), essa visão estabeleceu-se a partir da Lei da Anistia de 1979. Por meio dela, criou-se uma arquitetura simplificada sobre a ditadura, na qual havia, de um lado, os militares opressores e, de outro, toda uma sociedade oprimida e silenciada pela repressão, mas que buscara resistir por diversos meios. Nessa memória, viveu-se a ditadura como um período de trevas, um hiato autoritário, quando na verdade o regime militar é fruto de uma mal consolidada democracia e da natureza autoritária da sociedade brasileira⁶.

Na contramão dessa memória, a historiografia sobre a ditadura militar tem discutido os grupos civis apoiadores do regime no intuito de desconstruir visões simplistas ou omissas sobre esses indivíduos. Em relação a ARENA, Lúcia Grinberg (2009) descreve que o partido foi durante anos objeto maldito e ignorado por historiadores e cientistas sociais, que preferiram analisar os governos militares e as oposições ao regime. Em sua pesquisa, pioneira sobre o tema dentro da historiografia, a autora ressalta a importância de desfazer o bloqueio criado pela sociedade sobre alguns aspectos da ditadura militar, marcados pelo esquecimento ou deboche: “[...] na história do movimento de 1964, quando não se encontra o silêncio sobre os civis governistas, encontra-se o ridículo personificado em seu partido” (GRINBERG, 2009, p. 23).

Por meio da verticalização da análise regional da ARENA, este artigo está determinado a contribuir com essa corrente historiográfica, investigando os grupos civis

⁴ Eleições indiretas instituídas a partir do Ato Institucional nº 3, de 1967.

⁵ O que se convencionou chamar de “casuísmos” eleitorais foram manobras legislativas implementadas na ditadura militar que modificavam as regras do jogo eleitoral com a finalidade de obter vantagens políticas. O chamado “Pacote de abril”, instituído em 1978, é um dos principais exemplos de “casuísmo” que aumentou o mandato presidencial para cinco anos, ampliou o colégio eleitoral nas eleições para governador, aumentou o quórum para maioria simples na votação de emendas constitucionais pelo Congresso, ampliou a bancada no Congresso dos estados com menos representatividade eleitoral, estendeu a Lei Falcão às eleições estaduais, etc.

⁶ Acerca da memória social sobre a ditadura militar, ver também: Daniel Aarão Reis (2010).

apoiadores do regime militar no estado da Paraíba. Esses são conservadores, localizados à direita⁷ do espectro político, cuja importância de sua observação é destacada por Rodrigo Patto Sá Motta (2012):

É preciso observar os grupos e militantes das direitas como agentes políticos, compreender seus objetivos, valores e interesses que [...] expressam anseios de segmentos sociais importantes. Naturalmente, isso não significa perdoar violências e crimes cometidos, que precisam ser conhecidos, denunciados e, quem sabe, punidos. Mas, significa inscrever tais ações nos respectivos projetos políticos e situá-los na confluência entre certos contextos e conjunturas. (MOTTA, 2012, p. 174).

No entanto, problematizar grupos identificados com regimes autoritários não significa que o historiador compartilhe de seus valores, ou tenha intenção de inocentá-los, justificando suas ações. Nesse sentido, cabe aqui a ponderação de Denise Rollemberg e Samantha Viz Quadrat (2010):

Em determinados meios [...] ainda sobrevive à crença segundo a qual afirmar a legitimidade de um regime autoritário ou ditatorial, o apoio de significativas parcelas da sociedade, sobretudo quando se trata de camadas populares, é o mesmo que defendê-los. Como se a luta política contra o autoritarismo e a ditadura justificasse a deformação da análise, da interpretação, da informação. [...] Afirmer que um tirano foi amado pelo seu povo não significa concordar com a tirania, apoiar suas ideias e práticas. Tampouco o falseamento das relações da sociedade com o autoritarismo deve ser um instrumento válido e útil para combatê-lo. Ao contrário. Conhecê-las é o primeiro passo para transformá-las. São os valores e as referências, as culturas políticas que marcam as escolhas, sinalizando relações de identidade e consentimento, criando consensos, ainda que com o autoritarismo. Aliás, a deturpação da informação, do conhecimento, não seria também autoritário? (ROLLEMBERG; QUADRAT, 2010, p. 14).

Ao contrário, quando estudamos a ARENA é possível perceber a permanência de uma série de características que compõem aquilo que Rodrigo Patto Sá Motta (2013) chamou de “cultura política brasileira”⁸. Esta foi desenvolvida ao longo da formação do Estado Nacional e é composta por diversas práticas, valores e tradições políticas que juntas identificam uma cultura política majoritária no Brasil. Nela, é possível compreender um imaginário político nacional, um conjunto de representações que faz as pessoas se identificarem com atores políticos do passado, classificando-os como heróis ou vilões, e

⁷ Para Norberto Bobbio (1995) a diáde direita-esquerda ainda é importante para explicar conjunturas políticas. Para o autor, esses são conceitos plurais, existindo várias direitas e esquerdas, entendidas não apenas no sentido horizontal, como no vertical. Aqui, entende-se como direita os grupos conservadores, aqueles que querem manter, ou conservar, uma estrutura elitista fundada numa tradição política baseada em símbolos religiosos, instituições sociais e militares, utilizando-se de sua atuação política para tal.

⁸ O conceito de cultura política vem sendo bastante utilizado nas pesquisas que abordam a política em seus diversos âmbitos. Aqui utilizamos a definição de Rodrigo Patto Sá Motta (2009, p. 21) que a entende como um conjunto de valores, práticas e tradições políticas partilhadas por determinado grupo humano. Ainda sobre o conceito de cultura política ver Ângela de Castro Gomes (2005) e Sege Berstein (1998).

estabelecendo importância em eventos marcantes. Também é possível assinalar a presença de valores e comportamentos típicos de grupos políticos nacionais (principalmente entre os que controlam ou almejam controlar instâncias estatais): mandonismo, clientelismo, patrimonialismo, elitismo, personalismo, etc. Essas são condutas favorecedoras dos laços de parentesco, amizade ou compadrio, que desconsideram normas oficiais em função de projetos políticos por vezes pessoais (MOTTA, 2013, p. 15).

Outra importante característica da “cultura política brasileira” é sua tendência à flexibilidade, predisposição a negociação de conflitos. No Brasil há um longo histórico de arranjos políticos, conciliações que levam a uma saída satisfatória para os lados envolvidos. Ressalte-se que essa tendência prevalece nas disputas entre elites, quando as classes subalternas estão envolvidas, o mais comum é o uso de violências contra os desfavorecidos economicamente. Suas últimas características são a pouca identificação da população com os partidos políticos e sua fraca participação nos espaços públicos de poder. As constantes intervenções no sistema partidário brasileiro podem ser encaradas como fator que pesa nesses aspectos. Não obstante, o próprio sistema político impõe dificuldades para a participação popular na política institucional (MOTTA, 2013, p. 18).

Para desenvolver a análise a partir do referencial teórico apresentado acima, foi selecionada um leque de fontes históricas dispostas em diversos acervos físicos e *online*. A primeira delas são os principais jornais que circulavam no estado na década de 1960: o *A União*, periódico oficial do Estado; o *Correio da Paraíba*, de propriedade do deputado federal *arenista* e ex-membro do Partido Social Democrático (PSD), Teotônio Neto; o *O Norte*, periódico do grupo de comunicação *Diários Associados*; e o *Diário da Borborema*, também vinculado aos *Diários Associados* e único dos selecionados que circulava na cidade de Campina Grande. Foram utilizadas também as entrevistas com personalidades políticas paraibanas realizadas pelo Núcleo de Informação e Documentação Histórico Regional (NIDHR), pertencente à Universidade Federal da Paraíba, em parceria com o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), vinculado à Fundação Getúlio Vargas (FGV). E por fim, utilizou-se as atas das eleições disponibilizadas pelo Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB), nela contém informações quantitativas das eleições aqui selecionadas.

Partindo dessas reflexões, o texto se desenvolve em três partes. Na primeira será abordada a formação da seção paraibana da ARENA, no intuito de compreender como

ocorreu a reorganização das oligarquias que apoiaram o golpe dentro do partido. Posteriormente, serão abordadas as eleições legislativas de 1966, destacando-se o processo de escolha do candidato *arenista* ao Senado, no qual o partido se viu dividido entre duas das suas principais alas. Assim como será feito um balanço dos resultados eleitorais para a Câmara Federal e Assembleia Estadual. Por fim, serão abordadas as eleições em âmbito municipal, destacando-se o pleito para a cidade de Campina Grande, o qual foi marcado por práticas de conciliação eleitoral e dissidência partidária.

A FORMAÇÃO DA ARENA NA PARAÍBA

Uma das maneiras de explicar a formação da ARENA na Paraíba é a partir da eleição para governador estadual em 1965. Naquele ano, onze estados escolheram seus governadores no primeiro pleito ocorrido na ditadura militar, último sob o sistema pluripartidário⁹. Nessa ocasião, os partidos na Paraíba dividiram-se da seguinte maneira: a União Democrática Nacional (UDN)¹⁰, lançou João Agripino¹¹ como candidato, em chapa composta pelo Partido Democrata Cristão (PDC)¹² e o Partido Liberal (PL)¹³; enquanto o PSD¹⁴ lançou Ruy Carneiro¹⁵, em chapa composta pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)¹⁶ e o Partido Republicano (PR).

No entanto, ao longo da campanha eleitoral, grupos políticos de uma coligação decidiram apoiar o candidato da chapa de oposição. A maioria desses fatores ocorria em virtude de disputas entre as oligarquias de um mesmo partido¹⁷. Na eleição, João Agripino

⁹ Houveram pleitos nos estados do Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Minas Gerais, Guanabara, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Goiás.

¹⁰ A UDN na Paraíba foi formada em 1945 pelas oligarquias opositoras ao Estado Novo. Ao longo de sua existência permaneceu dividida entre as lideranças partidárias: Argemiro de Figueiredo – José Américo de Almeida, num primeiro momento, e João Agripino – Ernani Sátiro nos seus últimos anos.

¹¹ João Agripino, à época, senador da República, era uma das principais lideranças da UDN local.

¹² O PDC tinha como principal liderança Pedro Gondim, dissidente do PSD, então governador do Estado.

¹³ O PL local foi fundado por José Américo de Almeida, dissidente da UDN devido disputas internas.

¹⁴ O PSD paraibano foi fundado em 1945 pelas lideranças políticas estaduais do Estado Novo. Durante sua existência, a chefia partidária permaneceu nas mãos de Ruy Carneiro.

¹⁵ À época, Ruy Carneiro era senador da República e principal liderança do PSD estadual.

¹⁶ O PTB da Paraíba foi fundado no estado em 1945, porém ganhou maior notoriedade no cenário político quando Argemiro de Figueiredo, dissidente *udenista*, ingressou em seus quadros nos anos 1950.

¹⁷ O caso mais notório envolveu a família Gadelha, filiada à UDN da cidade de Sousa. Devido desavenças com João Agripino, o clã optou por apoiar o candidato do PSD. Em contrapartida, o PTB sousense, liderado pelo prefeito Antônio Mariz, primo legítimo de Agripino, apoiou o candidato *udenista*. Outras dissidências foram os diretórios municipais do PSD de Santa Luzia, Oivedos, Seridó e Cubati; o PTB municipal de Antenor Navarro,

conquistou a vitória sobre Ruy Carneiro por uma diferença de pouco mais de três mil votos (168.712 votos, contra 165.782) – (Ata eleição TRE-PB, 1965). Como governador eleito, Agripino conseguiu o poder de comandar a fundação do Diretório Regional da ARENA na Paraíba. Essa tática foi adotada pelo presidente Castelo Branco para que o controle dos Estados ficasse nas mãos de um *arenista*.

A ARENA paraibana teve dois vetores que influenciaram sua formação: as relações oligárquicas e o apoio ao golpe civil-militar de 1964. Em função disso, algumas lideranças políticas, mesmo adeptas ao regime autoritário, ingressaram no partido de oposição¹⁸. Formaram-se duas sublegendas na ARENA, compostas da seguinte maneira: na ARENA-1 integraram todas as oligarquias apoiadoras da candidatura de João Agripino, a qual era integrada ainda pelas lideranças estaduais de Pedro Gondim¹⁹ e Ernani Sátiro²⁰; e a ARENA-2 foi composta pelos egressos da chapa derrotada, tendo como liderança estadual do *ex-pessedista* Teotônio Neto²¹. A pluralidade de oligarquias prevaleceu na formação da ARENA e a análise eleitoral é uma maneira de compreender essa relação política em um sistema bipartidário.

AS ELEIÇÕES DE 1966

Em 1966 ocorreu a primeira eleição sob o sistema bipartidário. Foram eleitos naquele ano senadores, deputados federais e estaduais, além de prefeitos de parte das cidades paraibanas. Aqui, o enfoque será dado no pleito para o Senado, mas também serão discutidos os resultados da Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa. A principal etapa para o entendimento tanto da ARENA, como das eleições nesse trabalho é o processo de escolha dos candidatos.

Cajazeiras, Patos, Cabedelo, Cabaceiras e Pocinhos; e da UDN, a família Feitosa de Monteiro e o deputado federal Luiz Bronzeado.

¹⁸ O caso mais emblemático foi de Ruy Carneiro, que, para não estar sob a chefia partidária de João Agripino e nas mesmas hostes que Pedro Gondim, conseguiu o aval de Castelo Branco para filiar-se ao MDB e continuar apoiando o regime militar.

¹⁹ Pedro Gondim era um político de tradições populistas do estado. Foi governador do Estado na ocasião do golpe de 1964, era ex-membro do PSD e na década de 1960 comandou o Diretório Regional do PDC.

²⁰ Ernani Sátiro à época ocupava o cargo de deputado federal. Último presidente do Diretório Nacional da UDN, dividia, na Paraíba, a liderança do partido com João Agripino.

²¹ Teotônio Neto à época ocupava o cargo de deputado federal. Era proprietário de indústrias e comércio na Paraíba, bem como do jornal *Correio da Paraíba*, periódico de grande circulação no estado.

Nesse ano, os partidos paraibanos tiveram processos distintos para escolha de seus postulantes. No MDB, a hegemônica liderança partidária exercida por Ruy Carneiro fez com que ele se tornasse unanimidade dentro do partido. Por outro lado, a ARENA enfrentava seu primeiro impasse. O partido via naquele pleito a oportunidade de mostrar que a estrutura organizacional montada pelo governador João Agripino, fundada na reunião de forças políticas apoiadoras do golpe de 1964, se apresentaria coesa para sua primeira eleição estadual. Porém, a união de grupos políticos diversos em um único partido não teve o resultado esperado.

Dois nomes apresentavam-se como potenciais candidatos pela ARENA: Pedro Gondim e Ernani Sátiro. O primeiro estava em ascensão política quando venceu o pleito de governador do Estado em 1959, através de coligação com a UDN, num acordo firmado com João Agripino, que se repetiria na eleição desse para governador em 1965. Gondim esperava que, em 1966, Agripino desse novo suporte para sua candidatura ao senado, honrando uma “tradição política” a qual aludia sobre o governador eleito fazer de seu antecessor, caso fosse seu aliado, senador no pleito subsequente (Correio da Paraíba, 22 de março, 1966). Por outro lado, Sátiro demonstrava interesse em disputar a candidatura ao Senado em função da sua força política dentro das hostes *arenistas*. Último presidente do Diretório Nacional da UDN, dividiu a liderança do partido na Paraíba com Agripino e foi um dos principais apoiadores do golpe de 1964 na bancada paraibana da Câmara dos Deputados (Correio da Paraíba, 25 de maio, 1966).

Diante do impasse de duas lideranças disputando a candidatura para o mesmo cargo, foram pensadas formas de contornar a situação. A primeira alternativa foi lançar os dois candidatos para a disputa senatorial através do esquema das sublegendas. Nesse pleito, as sublegendas apresentavam-se como uma “faca de dois gumes”: ter dois candidatos poderia dividir os votos do partido entre suas chapas, porém essa seria uma forma mais efetiva da ARENA obter a vitória sob o único candidato do MDB²². Nessas condições, Pedro Gondim não demonstrou interesse em sair candidato. Disputar um pleito majoritário por uma sublegenda poderia fazer com que ele servisse de escada para outro candidato de seu partido.

²² Nicolau (2012) exemplifica como ocorriam as eleições em caso de sublegendas: em uma determinada disputa eleitoral concorrem três candidatos da ARENA (A, B e C) divididos em sublegendas e um único candidato do MDB (D). Os três candidatos da ARENA obtém a seguinte votação: A – quinhentos votos, B – trezentos, C – duzentos. O candidato do MDB, D – novecentos votos. O somatório dos votos da ARENA é de mil votos, superando a votação do *emedebista*. Dessa forma, o candidato A, mais votado pela ARENA seria eleito.

Assim, Gondim abre mão de concorrer ao Senado para disputar o cargo de deputado federal (Diário da Borborema, 24 de agosto, 1966, p. 8).

Sua decisão acaba não sendo a melhor para o partido, pois apenas a candidatura de Ernani Sátiro não era suficiente para vencer Ruy Carneiro. Especulou-se outro nome para disputar o pleito por uma sublegenda *arenista*, e ventilou-se o nome de Teotônio Neto. Sua candidatura resolveria dois problemas para a ARENA: equiparar a disputa com o MDB, e conter a evasão dos votos dos *ex-pessedistas* integrantes da ARENA-2. Circulava na imprensa que os integrantes desta sublegenda manteriam sua fidelidade à Carneiro, mesmo em partidos diferentes (ZENAIDE. O Norte, 20 de agosto, 1966). Porém, Teotônio não aceitou a proposta de concorrer ao Senado compondo uma sublegenda da ARENA, e a hipótese de lançar dois candidatos ao Senado não se concretizou.

A segunda forma de contornar o impasse foi escolher um terceiro nome, além dos já apresentados, para a disputa senatorial pelo partido. Esperava-se que esse novo candidato fosse um cacique político importante, com o poder de conciliar e reagrupar as alas divergentes que insurgiam no partido. O único político disponível que acumulava tais características era o do ex-governador José Américo de Almeida²³. Apesar de estar afastado da política desde o final da década de 1950, seu nome era bem aceito dentro da ARENA. Gondim e Sátiro, especialmente, viam com bons olhos a possibilidade de ele sair de sua “aposentadoria” para uma disputa senatorial, pois, como tratava-se de liderança consolidada, não se tornaria ameaça às suas pretensões eleitorais futuras. Porém, ele relutava em não participar diretamente da política local, fazendo com que a possibilidade de sua candidatura acabasse deixada de lado (Correio da Paraíba, 11 de maio, 1966).

A ARENA estava diante de um novo problema: Ernani Sátiro, único postulante ao pleito senatorial dentro do partido, não conseguia congregiar todas as alas em torno de seu nome. Dessa forma, as principais lideranças do partido passaram a se reunir no intuito de solucionar o impasse. Ao longo das reuniões, Sátiro viu uma série de dificuldades para conseguir que o partido chegasse a um acordo sobre a homologação de seu nome como candidato ao cargo de senador. Dentro da ARENA-1 não havia um consenso sobre seu nome,

²³ Histórica liderança política paraibana na primeira metade do século XX, Almeida foi também ministro de Viação e Obras Públicas do governo do segundo governo de Getúlio Vargas, mesmo tendo sido, anteriormente, uma das principais lideranças políticas e intelectuais da derrubada do Estado Novo varguista. Durante a República de 1945 a 1964 foi senador, presidente do Diretório Nacional da UDN. Retirou-se da política institucional após o fim do seu mandato de governador em 1954, porém continuou atuando nos bastidores, influenciando e articulando os trâmites política local.

visto que muitos ainda queriam que Gondim disputasse aquela eleição. Além desse problema, a situação ficou mais difícil para Sátiro com a entrada na ARENA dos antigos *pessedistas*. Os membros da ARENA-2 informaram sua posição de não sufragarem o nome de Sátiro, pois já haviam firmado compromisso com Ruy Carneiro (O Norte, 14 de setembro, 1966). Diante da falta de apoio suficiente para a homologação de seu nome, Sátiro opta pela retirada de sua candidatura ao Senado²⁴.

Assim, após novas confabulações, João Agripino decide pelo nome de Aluísio Afonso Campos²⁵ para concorrer ao Senado, como forma de reagrupar as alas divergentes na agremiação. Por ser um nome aparentemente alheio às partes em disputa, nome de Campos foi homologado por unanimidade na convenção do partido. Na ocasião, foi lida uma carta de Sátiro explicando os motivos de sua desistência, na qual é relatada existência de dificuldades enfrentadas por ele dentro do partido, e que, por razão de interesse comum, optou pela retirada de sua candidatura:

Percebo que existem áreas do partido que não sufragaram meu nome. A resistência resulta, ora da marca de lutas passadas, ora das circunstâncias em que surgiu minha candidatura. [...] Não tenho dúvidas de que, dentro dos quadros da ARENA paraibana, não faltarão nomes capazes de despertar entusiasmo que não pude acender e de superar obstáculos que não consegui transpor (O Norte, 18 de setembro, 1966).

Após a convenção, Sátiro, insatisfeito com o desfecho de sua candidatura, contactou militares e líderes nacionais do partido para encontrar um meio de reverter a decisão tomada pelo Diretório Regional. Tanto o presidente Castelo Branco, quanto o marechal Costa e Silva, recém-eleito presidente da República, demonstraram insatisfação com a rejeição de sua candidatura, chamada de “degola” pela imprensa local (O Norte, 5 de outubro, 1966). Vale ressaltar que o termo foi utilizado no sentido pejorativo pela imprensa local, visto que, à época, nenhum dos periódicos pesquisados tinha afeição pela figura de Sátiro. Além disso, a escolha de Campos por parte de Agripino pode ser entendida como uma forma de barrar o crescimento da influência de Sátiro dentro do partido. Diante dessa situação, Agripino viaja

²⁴ Uma outra explicação para a desistência de Ernani Sátiro de sua candidatura ao Senado foi relatada por Monique Cittadino (2006). De acordo com a autora, a campanha senatorial de Sátiro estaria orçada em cem milhões de cruzeiros, valor do qual ele não dispunha.

²⁵ Economista, foi duas vezes deputado estadual. No período democrático, Campos fundou o Partido Socialista Brasileiro (PSB) na Paraíba, e a ala do partido da qual liderava tornou-se histórica aliada política de João Agripino. Poderia não ter força política própria para concorrer ao cargo de senador contra Ruy Carneiro, mas tinha capital financeiro o suficiente para sustentar sua campanha. Além disso, contava com o apoio e a influência política de Agripino.

ao Rio de Janeiro para planejar junto ao Diretório Nacional uma solução para o impasse. Chegou-se à conclusão de que manter-se-ia a candidatura de Campos e Sátiro disputaria uma cadeira para a Câmara dos Deputados.

O resultado nas urnas foi reflexo da desarranjada campanha *arenista* para o Senado. A votação apontou a vitória de Ruy Carneiro com 192497 votos (51,22%), contra 183320 (48,72%) de Aluísio Afonso Campos (Ata eleitoral TRE-PB, 1966). A pequena diferença da margem de votos – pouco mais de nove mil – ocorreu em função do apelo de João Agripino na campanha de Campos.

Em relação à estrutura interna da ARENA, os impasses em relação à escolha do candidato atrapalharam o andamento da campanha do partido. A disputa no interior da ARENA-1 entre Gondim e Sátiro, assim como a evasão dos votos controlados pelos membros da ARENA-2, foram fatores determinantes para a derrota. Destarte, a negociação entre o comando do governo federal e as lideranças políticas locais para resolver problemas internos do Diretório Estadual da ARENA foi uma prática comum ao longo de toda a existência do partido.

Anos depois, Campos relatou em entrevista sua opinião sobre sua participação nesse processo eleitoral. Declarou que sua candidatura havia surgido como um meio para recompor o partido para aquela eleição, sendo bem aceita, inclusive por Gondim e Sátiro. Porém, no seu entendimento problema estava nos correligionários dessas lideranças políticas:

Só que a vaidade política [...] mesmo num estado pequeno ou interior, as lideranças pessoais apaixonam os correligionários. Então os elementos diretamente ligados às lideranças do ex-governador Pedro Gondim, achavam que, ele não sendo candidato pelo partido, o partido estaria cometendo uma injustiça contra ele, uma injustiça que merecia punição. A mesma coisa pensavam os correligionários do deputado Ernani Sátiro [...] Então, embora eu tivesse surgido como candidato formalmente apresentado para conciliar... Na verdade muitos elementos vinculados ao ex-governador Pedro Gondim e [...] [à] Ernani Sátiro votaram no Rui Carneiro, como vingança (Entrevista: Aluísio Afonso Campos. Acervo NIDHR, 1977, p. 148).

Por outro lado, na Câmara dos Deputados a ARENA paraibana conseguiu uma boa quantidade de candidatos eleitos: sete *arenistas*, contra cinco *emedebistas*. O detalhe está no fato do partido governista ter apenas o terceiro candidato mais votado, Pedro Gondim (24583 votos – 6,68%). Ernani Sátiro ficou apenas na oitava posição (18890 votos – 5,14%). Os dois primeiros foram os *emedebistas* Janduhy Carneiro (26909 votos – 7,32%) e Humberto

Lucena (24778 votos – 6,74%)²⁶. Para a Assembleia Legislativa, a ARENA fez 24 deputados: vinte eleitos pela sublegenda da ARENA-1 e quatro pela ARENA-2. O MDB fez quatorze, assim como teve o candidato mais votado, Ronaldo Cunha Lima (8871 votos – 2,37%) – (Ata eleitoral TRE-PB, 1966). A diferença de bancadas era pequena, e se não contarmos a ARENA-2 como apoio automático ao governo estadual, fica de apenas a diferença de dois parlamentares entre situação e oposição, não garantindo governabilidade para o governador do Estado.

Outro fator interessante na análise dos deputados estaduais e federais eleitos é seu município de origem. Nas tabelas a seguir utilizamos os dados apresentados pelo TRE-PB e por Monique Cittadino (2006, p. 318-320) para mapear os deputados federais e estaduais eleitos em 1966 pela ARENA:

TABELA 1. Deputados federais eleitos pela ARENA-PB em 1966

Nome	Área de atuação
Teotônio Neto	Piancó
Renato Ribeiro Coutinho	Várzea do Paraíba
Flaviano Ribeiro Coutinho	Várzea do Paraíba
Monsenhor Manoel Vieira	Patos
Ernani Sátiro	Patos
Pedro Gondim	Serraria/João Pessoa
Vital do Rêgo	Campina Grande
Wilson Braga	Conceição

Fonte: Cittadino (2006)

TABELA 2. Deputados estaduais eleitos pela ARENA-PB em 1966

Nome	Área de atuação	Sublegenda
Clóvis Bezerra Cavalcanti	Bananeiras	ARENA-1
Otávio Mariz Maia	Catolé do Rocha	ARENA-1
Epitácio Leite Rolim	Cajazeiras	ARENA-1
Álvaro Gaudêncio de Queiroz	São João do Cariri	ARENA-1
Francisco Pereira Vieira	Pombal	ARENA-1
José Braz do Rêgo	Cabaceiras/Campina Grande	ARENA-1
José Pereira da Costa	Cuité/Picuí	ARENA-1
Luiz Ferreira de Barros	Patos/Teixeira	ARENA-1
Edvaldo Fernandes Mota	Patos	ARENA-1
Inácio Bento de Moraes	Santa Luzia/São Mamede	ARENA-1
Romeu Gonçalves Abrantes	Sousa	ARENA-1
Agnaldo Veloso Borges	Pilar	ARENA-1

²⁶ Dados obtidos no site do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB) <http://www.tre-pb.jus.br/> (acesso in 11/03/2017).

Antônio de Araújo Quinho	Piancó	ARENA-1
Antônio Batista Santiago	Itabaiana	ARENA-1
Francisco Souto Neto	Esperança	ARENA-1
Augusto Ferreira Ramos	-	ARENA-1
Luís Ignácio Ribeiro Coutinho	Várzea do Paraíba	ARENA-1
João Batista de Lima Brandão	Várzea do Paraíba	ARENA-1
Robson Duarte Espínola	João Pessoa	ARENA-1
Carlos Pessoa Filho	Umbuzeiro	ARENA-2
José Lacerda Neto	São José de Piranhas	ARENA-2
Jonas Leite Chaves	Vale do Piancó	ARENA-2
Francisco de Assis Camelo	João Pessoa	ARENA-2
Nivaldo de Farias Brito	São João do Cariri	ARENA-2

Fonte: Cittadino (2006) e ata eleitoral do TRE-PB

Nas bancadas *arenistas* na Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa prevaleceram políticos provenientes de cidades da zona rural do estado, o que pode significar a permanência de uma tendência dos grupos ligados aos setores rurais na política local. A maioria dos nomes eleitos pela ARENA nesse pleito são indivíduos com uma longa trajetória parlamentar, já havendo ocupado cargos legislativos ou majoritários em âmbito estadual e municipal. Na Câmara Federal entre os eleitos estavam três representantes da grande indústria no estado: Teotônio Neto, Flaviano Ribeiro Coutinho e Renato Ribeiro Coutinho; dois representantes do complexo algodoeiro de Patos: Monsenhor Manoel Vieira e Ernani Sátiro; e três políticos identificados com o populismo: Pedro Gondim, Vital do Rêgo e Wilson Braga.

Na Assembleia Legislativa alguns *arenistas* merecem destaque, por exemplo, a eleição para deputado estadual de Luiz Ferreira de Barros. Coronel da Polícia Militar, foi responsável pela operação que reprimiu o movimento camponês na zona da Várzea do Paraíba após a “tragédia de Marí” em fevereiro de 1964²⁷. A violência contra o movimento camponês foi um dos principais focos dos grupos conservadores após o movimento golpista daquele ano na Paraíba. A eleição de Barros pode representar os benefícios que o golpe trouxe para esses setores da repressão.

Na primeira eleição majoritária disputada pela ARENA prevaleceram as alianças e as disputas do antigo sistema partidário. Vinculadas a líderes políticos de trajetória consolidada na política local, as coalizões *arenistas* disputaram o controle da organização através da conquista de cargos eleitorais. Pedro Gondim e Ernani Sátiro pretendiam concorrer

²⁷ A “Tragédia de Marí” foi um conflito entre camponeses e grupos latifundiários do estado ocorrido na cidade de Marí, o qual representou o ápice do conflito entre esses setores, fazendo com que aumentasse a repressão às Ligas Camponesas na Paraíba.

ao cargo senatorial para conseguir vantagens para negociações políticas. Essa concorrência interna prejudicou especialmente o próprio partido. Por outro lado, o auto número de membros da ARENA fez com que, nas casas legislativas estadual e federal, o partido obtivesse expressiva votação.

AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS E O PLEITO DE 1968 EM CAMPINA GRANDE

As eleições para prefeito em 171 municípios do estado e, especialmente, o pleito da cidade de Campina Grande em 1968, também se apresentam como uma forma de entender o processo eleitoral na ditadura militar, bem como a organização interna da ARENA. O destaque dado a Campina Grande²⁸ é devido sua importância política, sendo o segundo maior colégio eleitoral do estado e uma cidade com significativo desenvolvimento econômico da região nordeste. Para muitos analistas, administrar Campina Grande era como “controlar meio estado”. Em 1968, dois candidatos disputavam o protagonismo eleitoral da ARENA na eleição campinense: Severino Cabral²⁹ e Vital do Rêgo³⁰. E pelo MDB concorreria ao pleito o deputado estadual Ronaldo Cunha Lima³¹.

Diante da instabilidade interna que a ARENA paraibana vivia desde a derrota para o Senado em 1966³², João Agripino buscou contornar os problemas do partido por meio de uma manobra chamada “pacificação política”. Essa era feita através de acordo entre os partidos políticos concorrentes em uma determinada eleição, no qual firmava-se um compromisso entre as partes, sendo lançada uma chapa única, com candidatos previamente acordados. Tal recurso servia para esquivar o embate eleitoral, poupando os partidos da disputa, no intuito dos candidatos preservarem-se de uma campanha na qual disputariam o

²⁸ Localizada no agreste paraibano, região entre o litoral e o sertão do estado, há 130km da capital, João Pessoa, Campina Grande, era, na década de 1960, um importante polo industrial e de comércio da região. Politicamente, era o segundo maior colégio eleitoral da Paraíba. Muitas das principais lideranças políticas estaduais surgiram naquele município, ou ascenderam politicamente naquela região.

²⁹ Severino Cabral era um *ex-udenista*, proprietário de importantes indústrias e comércio na cidade, sua atuação política era fundada em tradições populistas. Cabral elegeu-se prefeito no ano de 1959 e foi eleito vice-governador em 1965 compondo a chapa com João Agripino. Chegou a tomar posse no cargo, mas seu mandato foi cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral em novembro de 1966.

³⁰ Vital do Rêgo era um *ex-udenista* campinense. Em 1968 exercia o cargo de deputado federal e era um dos membros mais importantes da coalização *arenista* liderada por Pedro Gondim, do qual era genro.

³¹ Ronaldo Cunha Lima, figura política popular em Campina Grande, integrou os quadros do PTB no período democrático. Foi o mais votado para a Assembleia Legislativa na eleição de 1966 pelo MDB.

³² A partir daquele pleito, a ala *gondinista* do partido afastou-se do governador João Agripino. Em meio a disputas internas e manifestação de insatisfação, o grupo político liderado por Pedro Gondim buscou fundar uma nova sublegenda, a ARENA-3, algo que não se consolidou

eleitorado apresentando ideias políticas aperfeiçoadas para conquista-los. A “pacificação política” inviabiliza a renovação, representa a continuidade dos mesmos estratos sociais no controle da máquina estatal e a permanência do projeto político elitista, negando ao povo o direito de escolher candidatos em uma disputa democrática³³.

Ao “pacificar” Campina Grande, João Agripino resolveria o problema de instabilidade interna na ARENA e impossibilitava o MDB eleger candidato naquele pleito. À vista disso, o governador passou a conversar com o senador Argemiro de Figueiredo (MDB), para elaborar um acordo entre os dois partidos. O *emedebista* era a principal liderança política do Diretório Municipal do MDB campinense, no entanto vinha perdendo espaço no partido em âmbito estadual para novas lideranças. Um acordo político com Agripino renovaria sua força política dentro do estado.

O intuito de “pacificar” Campina Grande tornou-se público em evento organizado pela Associação Comercial de Campina Grande e pela Federação das Indústrias da Paraíba. Nele, João Agripino foi solicitado por esse setor social para articular a manobra. Ao aceitar a proposta, Agripino nomeou Argemiro de Figueiredo encarregado de encontrar os nomes que disputariam o pleito em chapa única. A “pacificação política” ficou acordada da seguinte forma: os postulantes à disputa eleitoral pelos dois partidos entregariam a Figueiredo uma lista com indicações para formar a chapa pacificadora, e esse selecionaria alguns nomes a serem apresentados a Agripino, que escolheria os candidatos a prefeito e vice (O Norte, 26 de junho, 1968).

Os candidatos evitaram emitir qualquer tipo de opinião sobre o esquema pacificador, mas posturas adotadas refletiam sua rejeição àquela manobra. Ronaldo Cunha Lima e Severino Cabral adotaram a estratégia de não enviar a lista solicitada, e Vital do Rêgo, como protesto, enviou uma lista com nomes que não contribuíam para a “pacificação política” (CARVALHO. O Norte, 14 de julho, 1968; CARVALHO. O Norte, 14 de julho, 1968; O Norte, 6 de julho de 1968).

Dias depois, Argemiro de Figueiredo reuniu-se com João Agripino para que fosse apresentada e discutida a lista com os indicados para a disputar a Prefeitura campinense. Na relação divulgada pela imprensa estavam os nomes de Patrício Leal (médico), José Lucas

³³ O último caso de “pacificação política” na Paraíba ocorreu nas eleições para governador em 1956. Articulada pelo então governador José Américo de Almeida, lideranças políticas da UDN e do PSD acordaram disputar a eleição em chapa única, na qual os *udenistas* indicariam o nome para o cargo de governador e os *pessedistas* escolheriam o candidato a vice-governador.

Gaudêncio (médico, presente na lista apresentada por Vital do Rêgo), José Ferreira Rique e Nivaldo Rique (banqueiros, pai e irmão do ex-prefeito de Campina Grande, Newton Rique), Humberto Almeida (médico, filho do ex-prefeito campinense Elpídio de Almeida), Everaldo Lopes (médico), Samuel Figueiredo (advogado, irmão de Argemiro de Figueiredo) e Linaldo Carvalho de Albuquerque (engenheiro) (O Norte, 16 de julho, 1968).

No entanto, a derrota da tentativa de um acordo político, que já vinha sendo prevista, ocorreu após reunião entre João Agripino e Severino Cabral, na qual o político campinense declarou a não desistência de sua candidatura. Como justificativa, alegou sofrer pressão de seus correligionários para ser candidato, e que precisava de representatividade política. Em virtude da decisão de Cabral, Vital do Rêgo também não removeu sua candidatura, já que só aceitaria a “pacificação” se todos os pré-candidatos deixassem a disputa. Dessa forma, Agripino declarou o fim das tentativas de acordo, e disse que manter-se-ia à margem do processo eleitoral (O Norte, 2 de agosto, 1968).

Vários foram os motivos para o fracasso da “pacificação política”. Pensada pelas cúpulas dos dois partidos, o projeto não encontrou respaldo em seus quadros. Os três principais candidatos não tinham razões para desistir do pleito, bem como, conquistar a Prefeitura de Campina Grande era um bom meio para ascender politicamente, assumindo posições de controle dentro do partido. Elitista e conservadora, a “pacificação política” era um tratado entre as lideranças político-partidárias com os setores sociais aos quais eles representavam, as elites econômicas. Nesse sentido, vale ressaltar os nomes apresentados para compor a chapa conciliadora: indivíduos que exerciam profissões bem remuneradas, que eram, em sua grande maioria, familiares de políticos importantes daquela cidade.

Paralelo a todos os acontecimentos narrados desde a tentativa de pacificação, haviam especulações de que Vital do Rêgo deixaria a ARENA. Dois meses antes da eleição, um fator potencializa os boatos: o anúncio da desistência de sua candidatura pela ARENA (O Norte, 15 de setembro, 1968). Em dois pronunciamentos, Vital declarou que sua campanha estaria pautada em uma ideia nova, distinta das velhas práticas políticas, que seu partido não estava preocupado na renovação dos métodos de fazer política na Paraíba (O Norte, 17 de setembro, 1968), além do fato de que teria sido traído pelos membros do partido. Para comprovar suas acusações, relatou que em 1965 recebera um documento no qual João Agripino, Severino Cabral e outros políticos campinenses se comprometeriam a dar-lhe apoio nos pleitos que disputasse. Em suas palavras:

[...] o massacre começou com a quebra da palavra empenhada. Vale dizer com os mais tradicionais valores éticos! Em 1965, recebera eu das mãos do então Senador João Agripino um documento escrito do qual o governador de hoje era o fiador, o avalista. Uma carta assinada pelos sr. Williams Arruda e Severino Cabral contendo o compromisso expresso, peremptório e insofismável de apoio incondicional ao meu nome “nos pleitos que viesse a disputar”. Parti para a luta certo de que receberia o apoio decididamente comprometido. Em vez disso, eis que surge como candidato do meu partido, um dos signatários do documento (O Norte, 17 de setembro, 1968)

Sobre seu destino partidário, este negou que tivesse compromisso com o MDB, e afirmou que manteria o vínculo com a ARENA por entender que sua filiação à organização vai além das questões municipais. Mas ponderou que esse posicionamento modificar-se-ia caso sofresse represálias (O Norte, 17 de setembro, 1968). Os indícios de uma mudança partidária ficavam evidentes com a troca de partido de seus correligionários e pelo seu encontro com um emissário do MDB nacional (O Norte, 10 de setembro, 1968). Sua ida para o partido de oposição foi confirmada em comício, no qual estavam presentes as principais lideranças *emedebistas* locais. Após o evento, ele telegrafou à Daniel Krieger e José Bonifácio, presidentes do Diretório Nacional da ARENA e da Câmara dos Deputados, respectivamente, comunicando-os de sua decisão (Diário da Borborema, 24 de setembro, 1966).

A mudança de partido foi recebida de diversas formas entre os *arenistas*. Em entrevista, Pedro Gondim declarou que não influenciou para a atitude de Vital, porém, afirmou que não quebraria o compromisso de apoio ao seu aliado político, indicando disposição a participar de sua campanha pelo MDB (RODRIGUES. O Norte, 29 de setembro, 1968). Apesar dessa atitude, Gondim afirmou que não deixaria a ARENA, e tão pouco hostilizaria seu partido, esperando a compreensão de sua posição pelos correligionários. Mas, se esses julgassem necessário, que aplicassem as devidas punições, mesmo que isso signifique sua expulsão do partido: “*Eu é que não pedirei para sair da ARENA, mas se ela quiser me expulsar que o faça*” (Correio da Paraíba, 25 de setembro 1968).

No comício de lançamento da candidatura de Severino Cabral, João Agripino rebateu as acusações de Vital do Rêgo. Na versão apresentada pelo governador, Vital havia pedido uma série de regalias que não poderiam ser cumpridas: queria que lhe fosse assegurada a preferência do Diretório Municipal e pediu o direito de disputar as eleições com metade dos candidatos a vereador. Agripino relatou ainda que Vital havia lhe pedido dinheiro do Estado para equiparar financeiramente sua campanha com a de Severino Cabral. E, por fim, contestou que a ARENA estivesse adiando a convenção municipal para prejudicar a

candidatura de Vital (Diário da Borborema, 1 de outubro, 1968). Em virtude da tomada de posição de Pedro Gondim de participar da campanha de Vital, Agripino voltou atrás de sua decisão e passou a adotar uma postura mais ativa, tomando para si as rédeas da ARENA em Campina Grande. Em reunião com o comitê eleitoral, designou novos nomes para coordenação de campanha e assumiu a necessidade de encontrar outros dois candidatos para disputar a prefeitura pelo partido (Correio da Paraíba, 25 de setembro, 1968).

Não foi fácil achar nomes competitivos pela ARENA de Campina Grande para concorrer contra a chapa do MDB, visto que o partido precisou adiar a convenção municipal, evento no qual indicaria o nome dos candidatos escolhidos. Finalmente, o Diretório Municipal da ARENA homologou três chapas para o pleito: ARENA-1 – prefeito: Severino Cabral, vice: Raimundo Asfora; ARENA-2 – prefeito: Plínio Lemos, vice: Evaldo Gonçalves; ARENA-3: prefeito: Stênio Lopes, vice: Amaury Vasconcelos. O MDB também lançou três candidatos para a disputa: MDB-1 – prefeito: Ronaldo Cunha Lima, vice: Orlando Almeida; MDB-2 – prefeito: Vital do Rêgo, vice: Langstein de Almeida; MDB-3 – prefeito: Osmar de Aquino, vice: Figueiredo Agra. Uma chapa forte, composta por políticos populares em Campina Grande.

O resultado das eleições em Campina Grande foi a vitória do candidato do MDB Ronaldo Cunha Lima, que conquistou 13.492 votos (33,02%), um número de votos menor que o de seu principal adversário, Severino Cabral, que recebeu 17.562 votos (43,27%). O que fez a diferença para a vitória do *emedebista* foi a votação obtida pelos demais concorrentes de seu partido: Vital do Rêgo: 8.415 votos (20,73%) e Osmar de Aquino: 312 votos (0,77%), que somados aos de Cunha Lima resultou em 22.219 votos. Superior à soma dos *arenistas*: Plínio Lemos recebeu 635 votos (1,56%) e Stênio Lopes 241 votos (0,59%), que somados à votação de Cabral deu 18.438 votos (Ata eleitoral TRE-PB, 1968).

Entre as razões para mais uma importante derrota eleitoral da ARENA na Paraíba, algumas podem ser apontadas. O artifício das sublegendas foi primordial, pois só com a soma dos votos das três chapas, o MDB superou a votação de Severino Cabral. Esse artifício, em tese, servia para benefício eleitoral do partido do governo, pois presumia-se que a ARENA, como um partido maior, dividindo-se em várias sublegendas conseguisse vantagem nesse aspecto. O desarranjo de mais uma campanha *arenista* devido questões internas influenciou novamente no desempenho do partido: a tentativa de “pacificação política” atrapalhou o andamento da campanha, bem como a demora para escolha dos candidatos que iriam compor

as sublegendas do partido. Por fim, a dissidência de Vital do Rêgo gerou a saída de muitos de seus aliados, especialmente em Campina Grande, bem como levou Pedro Gondim, uma das principais lideranças do partido, a militar na campanha *emedebista*.

Em relação às demais eleições municipais, as atas das eleições do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB) mostram uma série de informações que servem para analisar as eleições e a ARENA no estado. Das 171 cidades onde houveram eleições nos anos de 1966 e 1968, as atas de nove delas não constam informações sobre a origem partidária de seus candidatos, portanto, só analisaremos os 162 municípios restantes. Desses, em 151 havia, pelo menos, uma representação da ARENA concorrendo ao cargo de prefeito. Em 62, desses 151 municípios, haviam pelo menos duas sublegendas da ARENA. E em 24, dessas 62 cidades apenas haviam sublegendas da ARENA disputando a chefia municipal (ARENA-1 contra ARENA-2, por exemplo). E em 35 dos 151 municípios com representações *arenistas*, havia apenas uma única chapa do partido concorrendo no pleito³⁴.

Olhando os dados eleitorais do MDB, nas 162 atas de eleições municipais, o partido tinha representações em 104 municípios. Desses, em 28 o MDB possuía mais de uma legenda, e só em um único município o partido disputou apenas contra ele mesmo (MDB-1 contra MDB-2). Em onze cidades o MDB lançou chapa única, não concorrendo contra ninguém. Os números de ARENA e MDB podem ser melhor visualizados na tabela abaixo:

TABELA 3 - Informações sobre os partidos nas eleições municipais de 1966 e 1968

ARENA	MDB
-------	-----

³⁴ Nas atas de alguns municípios constavam apenas uma única chapa, da ARENA ou do MDB, tendo um grande número de abstenção do eleitorado. Como ilustração utilizaremos os dados do município de Tacima. Em 1968, foi eleito para prefeito Jehová Lins Coelho (ARENA), com 110 votos de 2349 eleitores. De acordo com a ata eleitoral, deixaram de votar 1246 pessoas, 53,04% do eleitorado. Se comparada com as eleições para prefeito do mesmo município ocorridas em 1963, o então candidato do PTB, Luís Pereira da Cruz, venceu o mesmo Jehová Lins Coelho, à época no PDC, por um total de 2162 votos entre 2308 eleitores, tendo 146 abstenções. O aumento das abstenções é algo curioso, pois, de acordo com Jairo Nicolau (2012, p. 113), o Código Eleitoral de 1965 promoveu mudanças significativas na obrigatoriedade de alistamento e de voto. Os faltosos ocupantes de cargos públicos que não se justificassem na Justiça deveriam pagar multa de 5-20% do salário mínimo, não poderiam se inscrever em concurso público, nem receber salário, bem como os demais não podiam obter empréstimo bancário, renovar matrícula em estabelecimento de ensino e obter passaporte ou carteira de identidade. Não há como esclarecer os motivos do fenômeno da significativa abstenção, visto a falta de informações dispostas nas fontes pesquisadas. As hipóteses que podem ser lentadas são: problemas internos nos partidos que não lançaram candidatos, não haver Diretório Municipal do partido que não apresentou candidato, e o impedimento da candidatura do candidato do partido sem representação eleitoral por parte de denúncias de que este praticava ou identificava-se com ideologias subversiva, conhecida como “dedurismo”, prática muito comum na época da ditadura. Como não precisavam comprovar tal acusação, essa prática era realizada por muita gente. De toda forma, essa questão das eleições com partido único e alto número de abstenções pode ser vista por alguém que deseje fazer uma análise eleitoral mais aprofundada do período.

Cidades com ao menos uma representação do partido	151	104
Cidades com mais de uma representação do partido	62	28
Cidades em que apenas sublegendas desse partido disputaram a eleição	14	1
Cidades em que esse partido disputou as eleições em chapa única	35	11
Cidades com vitória desse partido	103	59

Fonte: Atas das eleições municipais dos anos de 1966 e 1968 do TRE-PB

A ARENA conseguiu eleger prefeitos em um maior número de cidades: foram 103 candidatos *arenistas* eleitos, contra 59 candidatos *emedebistas*. Isso é fruto de uma maior quantidade de Diretórios Municipais do partido governista, assim como o maior número de sublegendas que ele dispõe, bem como o fato de, em muitas cidades, a ARENA disputar apenas contra ela mesma. Não é possível afirmar que os eleitores desses municípios votaram na ARENA em apoio ao governo militar, ou votaram no MDB por serem contra o governo autoritário. A tradição política eleitoral paraibana era do voto controlado por práticas de troca de bens materiais e simbólicos feita pelas elites políticas de cada região do estado. As legislações eleitorais e mudanças na estrutura política realizadas pelo governo militar não traziam nenhum meio concreto de acabar com essas práticas, em muitos casos foram dadas condições para sua continuidade. Em vários desses recortes espaciais, votar na ARENA ou no MDB não fazia diferença em relação à política nacional. Porém, esse é um aspecto que precisa ser melhor averiguado em relação à ditadura militar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise eleitoral no âmbito regional nesses primeiros anos de ditadura militar nos oferece dados para tecer algumas considerações. Em relação ao sistema bipartidário pode ser destacado que a organização dos partidos continuou focada em lideranças personalistas, e quando analisada a ARENA de forma específica, essas lideranças constituíram-se alas dentro do partido. Essas divisões internas são fundamentais para a compreensão da organização interna *arenista*, pois é em função delas que ocorre os principais conflitos de interesse que resultaram em duas importantes derrotas eleitorais nas primeiras eleições disputadas no sistema bipartidário. Se por um lado, a união de vários grupos políticos influenciou na coesão da ARENA-PB, fazendo com que o partido tivesse insucessos nos pleitos analisados, por outro, essa alta adesão ao partido resultou num maior número de candidatos eleitos para os cargos de deputados federal e estadual e para as prefeituras da maioria das cidades paraibana.

No entanto, precisa ser destacado que as vitórias do MDB nos pleitos para senador e prefeito de Campina Grande não significaram que a população quisesse exprimir qualquer tipo de oposição ao regime militar. A influência do personalismo fez com que candidatos populares, mesmo na oposição, seguissem sendo eleitos (além de senador e prefeito de Campina Grande, o MDB elegeu os deputados federal e estadual mais votados) tendo pouca ou nenhuma relação com qualquer tipo de discursos de oposição à ditadura em suas campanhas, algo raro de acordo com as fontes pesquisadas.

O que se apresenta, de forma geral, a partir daquilo que foi proposto para este texto, é a continuidade da “cultura política brasileira”, representada pelas características personalistas, oligárquicas, de escamoteação de conflitos nos processos eleitorais e na organização interna dos partidos. Contudo, isso é algo que precisaria ser pesquisado mais a fundo em novas análises comparativas entre os estados da federação e nos demais anos de regime autoritário, especialmente o período pós Ato Institucional nº5 (AI-5) no qual uma nova conjuntura política de amplificação da repressão é instaurada no Brasil.

Artigo recebido em janeiro de 2017. Aprovado em julho de 2017

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERSTEIN, S. A Cultura Política. RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 349-363.

CITTADINO, M. **Poder local e ditadura militar: O governo de João Agripino – Paraíba (1965-1971)**. Bauru: Edusc, 2006.

GOMES, A. C. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. SOIHET, R.; BICALHO, M. F.; GOUVÊA, M. F. (Orgs). **Culturas políticas: Ensaio de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 21-41.

GRIMBERG, L. **Partido político ou bode expiatório: Um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

KINZO, M. D. G.. **Oposição e autoritarismo: Gênese e trajetória do MDB (1966/1979)**. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais, 1988.

MOTTA, R. P. S. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Culturas Políticas na História: Novos Estudos**, Belo Horizonte: Argumentum, 2009, p. 13-38.

_____. História, memória e as disputas pela representação do passado recente. **Patrimônio e memória**. São Paulo: Unesp, vol. 9, n. 1, 2012, p. 56-70.

_____. Ruptura e continuidade na ditadura brasileira: a influência da cultura política. ABREU, Luciano Aronne; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs). **Autoritarismo e cultura política**. Porto Alegre, FGV/Edipurcs: 2013, p. 9-33.

NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

REIS, D. A. Ditadura, anistia e reconciliação. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 23, n. 45, 2010, p. 171-186.

_____. **Ditadura e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

SOBREIRA, D. S. B. **Para além do “sim, senhor”**: A Aliança Renovadora Nacional (Arena) e a ditadura militar na Paraíba (1964-1969). João Pessoa: Dissertação de mestrado – UFPB, 2016.